



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



RIO DE JANEIRO, RJ, EM 6 DE MAIO DE 2002

*Meu caro João Paulo dos Reis Velloso, Coordenador do Fórum; Embaixador Ronaldo Sardenberg, Ministro da Ciência e Tecnologia; Deputado Márcio Fortes, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Altos Estudos; Dom Eusébio Oscar Scheid, Arcebispo do Rio de Janeiro; Doutor Eleazar de Carvalho Filho, Presidente do BNDES; Doutor Byron Costa de Queiroz, que é o Presidente do Banco do Nordeste; Senhoras e Senhores,*

Mais uma vez, é com grande satisfação que participo – o Doutor Reis Velloso disse que é a terceira vez – deste Fórum Nacional do Instituto de Altos Estudos, que se credenciou como uma das “células pensantes” do Brasil. O reconhecimento à ação do Doutor João Paulo dos Reis Velloso, à sua liderança, é mais que merecida. Devemos a ele o êxito deste Fórum.

Este Fórum, efetivamente, no decorrer dos anos, tem constituído um momento importante. Há muitos encontros no Brasil. Alguns desencontros também. Mas o importante é que aqui há encontros e desencontros ao mesmo tempo. A palavra é livre e se ouve todo mundo. Forma-se, portanto, uma opinião mais amadurecida dos problemas nacionais, sem sectarismos, sem oficialismos e sem – espero – puros

oposicionismos, num ambiente de absoluta liberdade de espírito e de espírito construtivo, sempre colocando em pauta os grandes desafios que se apresentam ao Brasil, nos tempos atuais. Não é outra coisa o que hoje fazemos, ao inaugurar, aqui, este Fórum sobre a economia do conhecimento, tema escolhido para os debates deste ano.

É claro, não há nenhuma novidade especial em se valorizar o conhecimento. Vejam os gregos, que valorizam o conhecimento. É natural, quase um impulso humano fundamental de entender a natureza, identificar as suas leis e usá-las da melhor maneira. Da mesma forma, no que diz respeito à sociedade.

Mas, se estamos aqui, hoje, reunidos, iniciando este debate, é porque deve haver algo de novo no domínio, porque senão seria simplesmente a reiteração de uma prática tradicional. E essa novidade é o grau de interpenetração entre o conhecimento e os processos produtivos a que nós chegamos, em nossa época, como já bem notou o Doutor Velloso.

Naturalmente, isso já estava prefigurado ou preconfigurado, com a Revolução Industrial, na primeira fase. Na segunda fase, já se podia ver que havia um desdobramento. Isso já vem de algumas décadas, não foi ontem que passamos a prestar mais atenção a essa interpenetração, a esse conhecimento e aos processos produtivos. Mas há proporções maiores, na atualidade, com um ritmo muito mais intenso.

E algumas das atividades típicas da chamada “nova economia” são a circulação de informação em escala mundial e as exigências do conhecimento, com esse chamado “tempo real”. Porque, realmente, hoje, toda a gente quer saber tudo no momento em que está acontecendo.

Um grande sociólogo, meu velho companheiro, chamado Manuel Castells, ao estudar esse processo, concluiu que o que vem ocorrendo equivale ao surgimento de um novo paradigma econômico, centrado no conhecimento e na informação. Esse novo paradigma está marcado pelo funcionamento de redes, um sistema de redes interligadas, que vão desde o processo de produção até os padrões de interação social. E o Castells – num dia apropriado, o Embaixador Luciano Martins fará uma exposição bastante aprofundada sobre essa matéria – faz uma diferença que convém notar, no início, entre o que é informação e

conhecimento. Muitas vezes, tem-se muita informação e pouco conhecimento. E, até certo ponto, essa revolução da informação, em tempo real, e essa proliferação de informação, muitas vezes, deixam de lado a análise e, portanto, o conhecimento. Não se trata, portanto, aqui, da economia da informação, só. Informação sem conhecimento pode levar à confusão e não à solução das questões.

Então é preciso, nesse caso, perguntar como esse novo paradigma se coloca, no mundo de hoje, e o que significa ele, como já foi mencionado aqui, em termos, também, de oportunidade de inclusão, ou se esse novo paradigma ergue muros de exclusão.

Inclusão e exclusão não apenas de indivíduos, mas também de países, porque não há dúvida nenhuma de que essa nova economia – se é que é tão nova assim – de conhecimento tende a produzir uma nova divisão internacional do trabalho.

Aqui, não estou me referindo à informação, estou me referindo ao conhecimento e à capacidade, efetivamente, de processar a informação e de gerar a compreensão dos processos de tal maneira que se possa interferir neles, sejam os processos naturais, sejam os produtivos, sejam os processos sociais.

A riqueza da análise feita por Castells – que tem três volumes alentados sobre a sua sociedade da informação – reside precisamente em mostrar que esse novo paradigma é muito abrangente e que hoje tudo funciona em rede.

Se me permitem um pequeno exemplo, conversando ainda ontem com a Ruth, minha mulher, a respeito de relatórios que ela recebeu de um programa chamado Comunidade Ativa, que é um dos braços do Comunidade Solidária, ela ficou impressionada, e eu também, ao ler como em regiões – cadê o Dr. Byron? – do interior do Ceará, e em outras do interior da Amazônia, as pessoas estão se organizando em rede e fazendo com que pequenos ativistas do desenvolvimento local sustentado e integrado possam se comunicar uns com os outros, no interior, pelo Brasil afora.

Quer dizer, isso modifica a própria noção de sociabilidade, o modo pelo qual as pessoas se relacionam umas com as outras. Tenho dito e

redito, inúmeras vezes, que estamos vivendo um paradigma, uma possibilidade da existência de um novo modelo de interação que, de alguma maneira, supera aquela distinção clássica, que os que são sociólogos ou são curiosos da matéria sabem, entre a idéia de comunidade e a idéia de sociedade. A idéia de comunidade implica uma vivência em conjunto, uma experiência de todos. E a de sociedade, uma relação mais contratual, que não implica, necessariamente, essa relação direta e pessoal. Com a sociedade em rede, de alguma maneira, todos vivemos ou podemos viver em comunidade. Quer dizer, podemos estar interagindo, independentemente da distância e do tempo.

Isso faz com que se abram novas possibilidades de formas de solidariedade social. Se ainda puder ser sociólogo – quem sabe daqui a um ano eu possa voltar a ser –, gostaria de analisar um pouco mais aprofundadamente o que significa isso, que tem a ver com outros temas que me entusiasmam muito, como o da cidadania em escala planetária, a nova sociedade civil mundial, a formação de opinião, mas tudo dentro desse conceito de que as pessoas, hoje, estão mais juntas, apesar de estarem dispersas. E podem estar mais juntas graças, justamente, aos instrumentos que geraram esse novo tipo de, não só de economia em si, mas de sociedade, que aqui estamos chamando de sociedade do conhecimento.

Por tudo isso, é imprescindível para nós, brasileiros, avaliar quais são os nossos pontos fracos, quais são os nossos pontos fortes, o que já alcançamos fazer e o que falta fazer nessa matéria. Temos, portanto, que entender a inserção do Brasil nesse novo paradigma para entendermos melhor a nossa própria inserção no mundo contemporâneo.

Queria fazer aqui um parêntese para assinalar o equívoco daqueles que estimulam uma visão determinista da divisão internacional do trabalho, no sentido de que cada país teria a sua “vocação”, uns destinados à produção de bens de baixo teor tecnológico, outros com capacidade para explorar a sua sede de conhecimento e, com isso, situar-se na vanguarda industrial do seu tempo.

Nós, hoje, sabemos que essa idéia de vantagens comparativas não é mais a expressão do destino dos povos. Se nós formos reler Ricardo,

quem sabe não vem essa idéia de que as vantagens comparativas estavam limitadas por certas questões, até da própria natureza. Hoje, já não se pode mais pensar assim, graças ao avanço tecnológico, de tal maneira que essas vantagens são uma espécie de opção continuada que se faz ao longo da evolução histórica. Ou seja, de certa maneira, cada país pode construir – e constrói em boa medida – as suas próprias vantagens comparativas.

Quando o Doutor Reis Velloso mostrava aqui o plano da China, foi para dizer isso: “Olha, a China está tendo um caminho.” Nós temos o nosso plano também, já analisado. Já está na agenda nacional. Isso é até publicação, um livro verde sobre a sociedade de informação. Existe toda uma agenda em marcha. Ou seja, existe a possibilidade, e estamos tratando de exercê-la, de construir, historicamente, nossos caminhos, mesmo em termos das nossas vantagens comparativas ou de alterar as vantagens “naturais”, porque nunca são totalmente naturais, em termos de vantagens que são construídas. A verdade é que nós fizemos alguma coisa, talvez até bastante – vou mostrar alguns dados –, mas falta fazer muito. É a história do copo meio cheio, meio vazio. Olhou para o lado cheio: “Ah, meu Deus, que bom!” Olha para o vazio: “Meu Deus, está horrível!” Nós estamos aqui um pouco nessa situação.

Mas os dados disponíveis não deixam de ser bastante ilustrativos, por exemplo, no campo da educação. O Doutor Velloso disse, e é verdade, que isso é central para a economia do conhecimento, e eu diria para a sociedade do conhecimento. Hoje, já existe um esforço consistente, de há muito tempo, no sentido de se dar acesso universal à educação. Os dados estão aí, são conhecidos. Não sei se dá para ver. Na verdade, hoje temos 97% das crianças na escola. Pode ser um pouco mais, um pouco menos, vamos esperar o que vai acontecer amanhã, porque o Doutor Sérgio Besserman está ali, olhando para o mapa, deve ter na cabeça dele já outros números para dizer se é assim ou se é assado. Mas a verdade é que houve, efetivamente, um maior acesso à educação.

Esse acesso, que não está aí – é outra coisa; é educação da população em idade ativa –, mas o acesso à educação teve um significado muito grande, porque, se posso dizer, agora, aqui, que temos ao redor de 97%

das crianças nas escolas, isso, comparado com o começo da década de 90, nós já tínhamos bastante, eram mais ou menos 93%. Só que, nas camadas pobres, eram 75%. Hoje, nas camadas mais pobres, são 93% e, nas mais ricas, está perto dos 100%. Quer dizer, onde houve acesso foi entre os pobres. E isso é uma mudança fundamental.

E o Doutor Velloso mencionou outro dado que também é muito interessante. Aqui, temos, de qualquer forma, que a taxa de crescimento da população no ensino secundário no Brasil foi muito grande, foi de 60%, nos últimos anos. Ele mencionou que, em pouco tempo, se pode generalizar o ensino secundário. Não sei em quantos anos, mas em menos de dez, desde que se mantenha a tendência e desde que se mantenham os investimentos nessa área.

Ora, é de espantar que ainda tenhamos que cuidar do ensino secundário, de generalizar o acesso ao ensino secundário. Só que, quando nasci – sou um pouquinho mais moço que o Doutor Velloso –, quando nós nascemos, era o contrário, quer dizer, o número de pessoas que tinha acesso à escola era uma minoria, era a minoria da população. O número de analfabetos era a maioria da população. Então, a tendência é de reversão desse quadro.

É claro que, quando se compararam – e temos que comparar – os desafios que são postos à nossa frente, pelo fato de que outros países avançaram muito mais, não podemos ficar contentes só porque estamos cobrando o atraso. Ainda há atraso e é preciso avançar mais.

De qualquer maneira, existem dados que mostram isso. Vejam que, no caso da população em idade ativa, a escolaridade dela – isso aqui vai de 81 a 99 – passa de três anos e nove meses para quase seis anos. Quer dizer, é um aumento considerável. Não sei o que vai acontecer nos dados seguintes, porque se pode ver, por ali, que houve uma inclinação ascendente acentuada nos últimos anos. E esses são processos. Os processos não se resolvem de um ano para o outro. É alguma coisa que está refletindo o esforço havido nos anos anteriores, sempre.

Então, daqui para a frente, existe uma boa possibilidade de termos alguma coisa melhor em termos de escolarização. E vamos ver também, suponho que haverá, mais dados novos do Censo, amanhã, para ver

como é que está a tendência, comparando 91 com o ano de 2000. Aí, pára em 99.

Muito bem. A mesma coisa no ensino de nível superior, quadro 2, olhem lá. Esse quadro é muito simples, ele mostra o número de matrículas e o número dos que concluem o curso. De matrículas, estamos em cerca de 2 milhões 650 mil estudantes e, sei lá – não vejo direito daqui –, 340 mil ou 330 mil que concluem o curso. Mas o importante não é o número absoluto, o importante é a curva. Realmente, a partir de um certo período, no começo da década de 90, houve uma aceleração considerável do número daqueles que têm acesso à universidade. É claro que poderíamos discutir uma porção de questões, a qualidade do ensino – sempre se pode – isso, aquilo e aquiloutro, mas a verdade é a que aí está.

Se formos ver o resultado disso em termos da formação de doutores e de mestres, que é o quadro seguinte – o número de doutores é aquele roxo escuro e o número de mestres é o azul mais claro –, é bastante impressionante a aceleração. Na verdade, em termos gerais, são 18 mil que concluem mestrados, contra 4 mil, em 87 – 18 mil contra 4 mil. E, doutores, estamos, hoje, formando, mais ou menos, 6 mil por ano. E eram mil, em 87. Quer dizer, houve uma aceleração considerável.

É claro que quem fez doutorado e mestrado se imagina que tenha se acostumado a um padrão mais alto de conhecimento, a uma exigência maior de rigor etc., etc. Isso não acontece por acaso. Por trás disso também está o que o Doutor Velloso mencionou: as instituições. Repito sempre, porque acho que vale a pena dizer: o CNPq foi criado quase simultaneamente com o Centro de Pesquisas da França, o CNRS, e com a Fundação de Pesquisas dos Estados Unidos. Todos os três começaram a funcionar no começo dos anos 50. E não é só o CNPq, temos a Capes, as fundações como a Fapesp, de São Paulo. Há uma base institucional, que é o que explica, inclusive, este resultado na formação de doutores, na formação de mestres.

Há, portanto, que ver que isso não é alguma coisa que acontece de repente, é alguma coisa que vem de um processo de amadurecimento das instituições. Reitero que sempre é possível criticar, sempre é possível dizer que a qualidade do doutor, que não-sei-o-que lá, que falta

isso, falta aquilo, faltou verba, tem menos bolsa, tudo isso será, talvez, verdade, mas o resultado está aí. O resultado é que houve uma aceleração imensa quando se compara com a década de 80, quando se entra na década de 90 e, especialmente, de 94 em diante, porque vai ascendentemente a produção de profissionais qualificados pelas nossas universidades.

É claro que é preciso, ao mesmo tempo, desenvolver a infra-estrutura econômica e, em particular, os setores mais dinâmicos e vitais da economia, como de telecomunicações e aqueles que também já foram mencionados de tecnologia da informação. Na verdade, uma das preocupações maiores que sempre tive foi, precisamente, de modernizar o setor de telecomunicações. A privatização permitiu um avanço muito grande nisso, porque senão a incorporação dessas novas tecnologias seria praticamente impossível, e pelo menos a sua generalização como uma forma não só de economia, mas de sociedade, seria impraticável. E nós temos que dizer que há bastante êxito nessa matéria. Não preciso estar repetindo os dados mais grossos sobre isso, porque todo mundo está vendo.

O número de telefone celular passa de 800 mil para 28 milhões em quatro, cinco anos, e o número de telefones fixos hoje está atingindo também mais de 40 milhões. Quer dizer, é um crescimento acentuado, sem o que não haveria a possibilidade da formação da sociedade em rede, da formação da extensão dessas formas de conhecimento. Na verdade, nós temos visto um desenvolvimento bastante razoável da Internet do Brasil. Passa o outro quadro que mostra. Isso aí é o número de servidores. Lá está host, não sei por quê, mas essa é a evolução do número de servidores, muito impressionante. Nós passamos de menos de 298 para 1.600 em 2002. Não estou contando aqui os que vão falir, ou que já faliram, etc. Isso sempre existe. Isso aflige muito o lado econômico, mas o lado da análise, do que está acontecendo na sociedade, o que conta é isso aqui, é que está havendo uma oferta imensa, pode ser que até seja desproporcionada, mas é bastante impressionante mostrar isso aí.

O dado seguinte, por favor. Aí se vê o que está acontecendo com a venda de computadores no Brasil. Imagina-se que, em 2002, sejam ven-

didos 4 milhões 500 mil computadores no Brasil. É algo que também chama a atenção, porque são computadores, são PCs, computadores pessoais. Repito, o que chama a atenção é a curva. Isso, confrontado com a nossa população, sempre decepciona. Se alguém disser assim: "Ah, meu Deus do céu, mas só 4 milhões e meio. Nós somos 180 milhões de pessoas." Mas isso é por ano, é o que está vendendo neste ano. E o que interessa é ver o movimento, é a curva, e a curva é essa que aí está.

Temos, portanto, que combater aquilo que se chama a falta de computeracy, a falta de literacy em matéria de computador, porque a base dessa revolução toda é a capacidade que a pessoa possa ter de utilizar esse instrumental. Para evitar o quê? O analfabetismo digital. Temos feito um grande esforço também, porque ainda existe uma brecha muito grande a nos separar dos países que estão mais avançados nessa matéria. Esse analfabetismo digital é que passa a ser o desafio que temos que enfrentar nesses próximos anos. Já estamos enfrentando, mas temos que enfrentar para que possamos avançar mais.

Temos programas. No Governo há um programa chamado Sociedade da Informação. A questão é integrar mais as populações e incluir mais gente nesse sistema. Uma das tarefas centrais disso vai ser a generalização, no ensino público, do uso do computador e o domínio da tecnologia da informação.

Existem já programas. Existe uma taxa especial paga pelas empresas de telecomunicações. Infelizmente não foi possível avançar na mesma velocidade com que o dinheiro entrou, porque houve óbices no Congresso, por razões que não chego a entender bem. Há dinheiro e os computadores não foram comprados nem distribuídos na velocidade necessária, porque a negociação política muitas vezes entrava, porque pensam que é melhor esperar, é melhor que o outro governo faça, é melhor que não seja esse ministro. Essas questões, que são vitais na política, atrapalham do ponto de vista de quem está olhando o País não do ângulo partidário, nem do ângulo de um governo, mas do ângulo de um país. Quer dizer, o País já teria condições de ter avançado mais.

Alguns estados da Federação avançaram muito. No caso do Estado de São Paulo, houve um avanço considerável nessa matéria. E devo